

de correspondência traçar o perfil do artista, rastrear o seu caminho e em várias ocasiões surgia a decepção quando os vestígios se perdiam na areia movediça do tempo...

Levou anos, não há dúvida alguma, mas valeu a pena. Principalmente, o catálogo mostra toda a coleção, conseguindo desenhar, através dos quadros, dos desenhos, das esculturas, um perfil cultural do seu antigo proprietário.

Os pequenos erros de interpretação da escrita nos desenhos são de somenos importância. Senti, contudo, a falta de um índice geral dos nomes mencionados, que daria uma visão global mais rápida. Gostaria de ver ainda, por que não, um quadro estatístico do total das obras, separadas pelas técnicas empregadas, para se poder avaliar a amplitude deste patrimônio. No mais, a "Coleção Mário de Andrade — artes plásticas" aí está para servir de guia ao visitante, de deleite ao apreciador da nossa arte, de ponto de partida para o estudo de toda uma época, da qual a vida artística é uma parte.

Só nos resta agradecer às incansáveis pesquisadoras do Instituto de Estudos Brasileiros Marta Rossetti Batista e Yone Soares de Lima pelo magnífico trabalho apresentado e ao Dr. José Mindlin pela valiosa colaboração e seu interesse amigável para com a instituição, encerrando com chave de ouro as comemorações do vigésimo aniversário de existência do Instituto de Estudos Brasileiros e dos cinquenta anos da Universidade de São Paulo.

*Rosemarie Erika Horch.*

BERGER, Paulo — *A tipografia no Rio de Janeiro*. Impressores bibliográficos 1808-1900. Rio de Janeiro, Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984. xii, 226 p. facs.

Desde a mais remota Antiguidade existia a preocupação do homem com a divulgação de textos para que um maior número de pessoas pudesse ter acesso à cultura e aos conhecimentos transmitidos oralmente ou através de manuscritos deixados por gerações de antepassados. No entanto, o processo de transcrição de manuscritos era por demais dispendioso e demorado para que pudesse ser disseminado em grande número.

Em meados do século XV, todavia, a Europa encontrava-se no limiar de uma nova era: o Renascimento. O Humanismo já lhe preparara o terreno: os horizontes se ampliavam cada ano que passava com as novas descobertas, os conhecimentos literários e científicos se aprofundavam com os contatos entre os povos. Enfim, o terreno estava preparado para a nova descoberta, que iria revolucionar a difusão das idéias: a imprensa. Foi feita ela de acordo com sua época e dentro de condições específicas então existentes.

Rapidamente a tipografia atingiu os pontos mais distantes da Europa. E acompanhou as expedições exploradas do século XVI. Já em 1533-1534 o Novo Mundo despertava para o progresso da arte tipográfica. A Espanha permitia a instalação, na cidade do México, da primeira prensa tipográfica do continente recém-descoberto. Só em 1539, contudo, temos o primeiro impresso com data editado naquela cidade.

Mas, se a Espanha era mais liberal e dispensava mais atenção neste ponto aos povos que ia conquistando, Portugal em sua política colonialista para o Brasil não permitia a mesma liberdade de impressão. Todos os textos teriam que passar primeiramente por todas as censuras oficiais e religiosas existentes no império português, isto é, em Lisboa. E depois, uma vez

que o texto já estava em Portugal, era mais fácil deixá-lo ser impresso lá mesmo onde o controle estava mais presente.

Apesar de todo este cerceamento parece ter existido uma pequena oficina tipográfica no Recife, no início do século XVIII. Mas não há nenhuma prova concreta, não temos nenhum livro ou folheto com os dados necessários — a não ser a Ordem Régina de 7 de julho de 1706, mandando fechar a tipografia.

A cidade do Rio de Janeiro foi a primeira entre as brasileiras a ter o privilégio da uma tipografia comprovada, embora de existência efêmera. É que Antônio Isidoro da Fonseca o tipógrafo português que veio aqui se instalar, ao iniciar os seus trabalhos em 1747 não esperou pela licença da corte portuguesa. Chegou aqui, montou a prensa e começou a trabalhar, submetendo as obras (= folhetos) a serem impressas ao exame do bispo, D. Frei Antônio do Desterro Malheiro. Assim que a notícia desta tipografia chegou a Lisboa, ela foi incontinenti mandada fechar e seu tipógrafo e seus pertences remetidos para Lisboa.

Com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, veio também no bojo de um dos navios uma tipografia completa que, inicialmente, ainda em Portugal, havia sido destinada à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Sabedor da vinda deste material, D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, ministro português, instou para que fosse desencaixotada a tipografia. Em 13 de maio de 1808, “atendendo à necessidade que há de Oficina de Impressão nestes meus estados”, o príncipe regente, D. João decreta oficialmente a fundação da Impressão Régia, “onde se imprimirão exclusivamente toda a Legislação e Papéis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e se possam imprimir todas e quaisquer outras Obras...”

Estava assim oficialmente instalada a imprensa no país. Na opinião de Hipólito da Costa, então jornalista brasileiro na Inglaterra e editor do *Correio Braziliense* (1808-1822), era: “Tarde, desgraçadamente tarde: mas, enfim, aparecem tipos no Brasil; e eu de todo o meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas” (n.º 5, p. 394).

A Impressão Régia foi a única tipografia da então capital do País a funcionar durante alguns anos. Só em 1821 e 1822 surgem prensas particulares.

No entanto, a primeira empresa particular no Brasil, na área tipográfica, já fora fundada por Manuel Antônio da Silva Serva, em Salvador, no ano de 1811. No Recife, em 1816, Ricardo Rodrigues Catanho consegue autorização do Ministério do Reino para a sua imprensa. Mandara vir da Inglaterra, em 1815, todo o material necessário para tal empresa, mas não conseguiu os tipógrafos necessários para pô-la em funcionamento. Ela só foi utilizada a partir da Revolução de 1817.

A expansão de empresas tipográficas pelas províncias do País é lenta. Assim, por exemplo, a Província do Amazonas, uma das últimas a conhecer a tipografia, só em 1851 viu as suas primeiras publicações.

O estudo desses nossos primeiros impressos e suas respectivas tipografias é pois de singular importância para a avaliação do progresso cultural do país. Além de alguns estudos esporádicos ligados a uma tipografia ou ao seu impressor, pouca coisa se tem feito neste setor.

Daí a importância do evento que se deu em março de 1979, na capital de São Paulo. Tivemos a oportunidade de visitar a excelente exposição “História da Tipografia no Brasil” organizada pelo Museu de Arte de São Paulo e idealizada pelo seu eminente diretor Pietro Ma-

ria Bardi. Publicou-se na ocasião um alentado catálogo para ficar como testemunho de sua realização (1).

Em nossa resenha a respeito deste catálogo escreviamos "espera-se que uma promoção dessa ordem não seja a única. Que para o futuro se pense em expor espécies tipográficas tais como: primeiras edições de nossa literatura, (...) os livros editados por uma determinada tipografia ou ainda os livros ilustrados por um determinado artista ..." (2)

Não soubemos até hoje que esta sugestão tivesse sido aceita, contudo, recebemos há pouco tempo o livro de Paulo Berger, intitulado *A tipografia no Rio de Janeiro — Impressores bibliográficos 1808-1900*. Foi publicado sob a égide da Companhia Industrial de Papel Pirahy, que assim se enfileira entre os grandes beneméritos da cultura nacional.

Todos sabemos da dificuldade que os autores têm para achar um editor ou patrocinador para que as suas obras vejam a luz do dia. Temos tido alentadas amostras da compreensão de diretores de indústrias, construtoras ou bancos, que da impressão de calendários artísticos passaram a subvencionar obras de valor. Para só citarmos algumas, temos a Metal Leve, que já publicou na íntegra diversas revistas modernistas, precedidas de estudos aprofundados sobre as mesmas; a construtora João Fortes Engenharia tem se empenhado em editar alguns trabalhos do conhecido pesquisador Gilberto Ferrez e de outros ou então o Banco Sudameris que, todo ano, por ocasião do Natal, lança um livro da autoria de Pietro Maria Bardi sobre os mais variados assuntos.

Este mecenato moderno, como o poderíamos denominar, em muito tem ajudado na publicação de trabalhos de real valor que de outra maneira estariam condenados ao silêncio de sua mensagem devido aos altos custos de sua impressão.

Paulo Berger já é figura sobejamente conhecida entre os meios bibliográficos brasileiros com vários trabalhos publicados, destacando-se entre outros *Copacabana*, em parceria com Eneida e sua *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros 1531-1900*, já em segunda edição. Juntando o grande amor que dedica à sua terra natal com o seu intento de divulgá-la, escreveu esta obra sobre a tipografia no Rio de Janeiro.

Na "Introdução" faz um apanhado geral dos antecedentes da tipografia em geral e comenta sobre a efêmera presença de um tipógrafo português, Antônio Isidoro da Fonseca, em 1747, no Rio de Janeiro, até a instalação oficial da Imprensa Régia a 13 de maio de 1808.

Descreve, então, as tipografias havidas no Rio de Janeiro, apresentando facsimilarmente os principais impressos saídos delas.

Procura fixar estas tipografias "no tempo e no espaço, isto é, determinando as datas de sua fundação e o término das mesmas, quando possível, bem como as diversas localizações que tiveram e, por fim, os nomes de seus proprietários e as transformações da razão social que se verificaram" (p. XI)

Fornece as fontes em que baseou seus dados: o Registro da Câmara Municipal e o *Almanak Laemmert*.

(1) São Paulo (Estado). Museu de Arte e Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. *História da tipografia no Brasil*. São Paulo, 1979. 277 p.

(2) Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo; 13(3/4): 253-254, jul./dez. 1980.



Teve que omitir tipografias não por falta de conhecimento das mesmas, mas, “pelo fato de não conseguirmos obter qualquer livro impresso pelas mesmas, chegando à conclusão que muitas delas eram simples oficinas que imprimiam folhetos, avisos, documentos oficiais, cartões de visita etc...” (p. XII)

O livro enriquecido com as reproduções das folhas de rosto finaliza com um índice onomástico, das tipografias, seus possuidores e tipógrafos. Demonstram essas reproduções que os tipos utilizados em nossas imprensas em nada ficavam a dever às do Velho Mundo, já que em sua maioria eram de lá que provinham.

E no dizer de Américo Jacobina Lacombe, em sua apresentação do livro, esta obra será “Semente de novas pesquisas, constituirá sempre um marco em nossa bibliografia”.

É, em nosso entender, um valioso instrumento de trabalho tanto para o bibliotecário como para o bibliófilo. O historiador de nosso desenvolvimento cultural o consultará também com proveito.

Cumprimentamos também a Companhia Industrial de Papel Pirahy, que tão bem soube escolher e patrocinar uma obra de valor cultural que em breve se tornará “clássica e indispensável aos que sabem apreciar e acarinhar os livros”.

Oxalá em nossos estados brasileiros encontremos outros tantos autores que queiram divulgar o desenvolvimento cultural exercido pelas suas tipografias.

*Rosemarie Erika Horch.*

*In memoriam de Eurípedes Simões de Paula:* artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros de FEB; vida e obra. São Paulo, Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, 719 p. ilustr.

Com esta publicação a Comissão organizadora — composta pelos Professores Antônio Cândido de Mello e Souza, Aziz Simão, Maria Regina Simões de Paula, Oscar Sala, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva e Simão Mathias — atingiu plenamente o alvo desejado, isto é, “deixar um marco para registrar o preito e o afeto de muitos” pela pessoa do inescusável Administrador, Amigo e Mestre, Professor Doutor Eurípedes Simões de Paula.

Trata-se de um volume alentado, com uma grande variedade de assuntos, o que abre a possibilidade de agrado a um leque grande de leitores.

Três das quatro partes em que a matéria foi distribuída giram, direta ou indiretamente, em torno da figura do homenageado.

Indiretamente, por exemplo, quando a Comissão trata da *Revista de História*, pois discorrer sobre ela é, em última análise, falar do Professor, seu criador e diretor durante vinte e sete anos. Aquele periódico era, na verdade, sua “menina dos olhos”. Foi, sem dúvida, um dos legados mais positivos que deixou, um marco de sua estada entre nós. Quer-nos parecer que ilustra perfeitamente a afirmativa de José Reis: “O ar que aquela janela deixou entrar, as sementes que por ela transitaram, isto há de ficar para sempre a iluminar-nos” (p. 523).

Numa publicação como esta era fundamental que alguém se encarregasse do estudo da vida e da obra do homenageado. A tarefa coube à Professora Raquel Glazer, que a realizou com extremo cuidado e competência.